

**Questão 1.** Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a ÚNICA alternativa que não apresenta um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

- a) Igualdade entre os Estados.
- b) Não-intervenção.
- c) Defesa da paz.
- d) Pluralismo político.
- e) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.

**Questão 2.** Assinale a alternativa CORRETA sobre o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder de acordo com a Constituição Federal.

- a) É assegurado a todos, mediante o pagamento de taxas.
- b) É assegurado apenas aos brasileiros natos, independentemente do pagamento de taxas.
- c) É assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas.
- d) É assegurado aos brasileiros naturalizados mediante o pagamento de taxas.
- e) É assegurado a todos, mediante a prestação de serviço comunitário.

**Questão 3.** Nos termos da Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; o remédio constitucional adequado para proteger direito líquido e certo não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data é:

- a) Medida de segurança.
- b) Mandado de segurança.
- c) Embargos de declaração.
- d) Licença vinculada.
- e) Recurso ordinário.

**Questão 4.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que a competência para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; é:

- a) Privativa dos Municípios.
- b) Privativa da União.
- c) Concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) Privativa dos Estados.
- e) Concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

**Questão 5.** A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988. Sobre o parecer prévio, assinale a alternativa CORRETA com base no texto constitucional.

- a) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de metade dos membros da Câmara Municipal.
- b) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- c) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois quintos dos membros da Câmara Municipal.
- d) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- e) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.

**Questão 6.** De acordo com o Código Penal, é CORRETO afirmar que aquele que pratica a conduta típica de iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria, pratica o crime de:

- a) Descaminho.
- b) Corrupção ativa.
- c) Desacato.
- d) Desobediência.
- e) Tráfico de influência.

**Questão 7.** A conduta típica do crime de “Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta” é:

- a) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional.
- b) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a celebrar contrato de trabalho, ou a não fornecer a outrem ou não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola.
- c) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão

ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias.

d) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça a abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de greve ou paralisação de atividade econômica.

e) Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho

**Questão 8.** João Pedro, estudante de direito da Universidade Delta Kappa, estava em tarde de estudos sobre direito penal, quando se deparou com a conduta típica de apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem. A conduta estudada por João Pedro é do crime de:

- a) Peculato.
- b) Inserção de dados falsos em sistema de informações.
- c) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
- d) Peculato culposo.
- e) Peculato mediante erro de outrem.

**Questão 9.** A pertença passiva e ativa de indivíduos em um estado-nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade é denominada como:

- a) Cidadania.
- b) Ética.
- c) Moral.
- d) Bons costumes.
- e) Liberalismo.

**Questão 10.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos:

- a) Será convocado sem prioridade, sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- b) Será convocado apenas após os novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- c) Será preterido por servidores em cargos de confiança.
- d) Será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- e) Será preterido por servidores em cargo eletivo.